

Direção dos parques e florestas varrida

27 de Junho, 2016

A dança das cadeiras chegou ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). O Ministério da Agricultura avançou a 14 de junho com a notificação de despedimento do conselho diretivo deste organismo argumentando querer “criar as condições adequadas para cumprir o programa de Governo”. Três dos elementos – a presidente, Paula Sarmento, o vice-presidente, João Pinho, e a vogal, Sofia Castel-Branco da Silveira – tinham sido nomeados pelo anterior Governo PSD/CDS em 2012 e reconduzidos em julho de 2014, para um mandato de cinco anos. Um quarto elemento, Paulo Salsa, foi nomeado já por este Governo em substituição do vogal João Rosa.

Nenhum dos elementos do conselho diretivo demitido atendeu as tentativas de contacto do Expresso. Porém, segundo várias fontes do ICNF, a direção comunicou internamente aos funcionários que terminaria funções a 30 de junho.

O Ministério do Ambiente recusou prestar quaisquer esclarecimentos ao Expresso sobre a razão destas demissões, apenas admitindo que “estão a ser feitos os convites para a nova direção”, sem adiantar nomes. Quanto ao porquê de afastar agora uma direção nomeada há 17 meses (após concurso público da CRESAP) remeteu as respostas para o Ministério da Agricultura, com quem partilha a tutela deste instituto desde 2012. Por seu lado, a Agricultura recusa prestar declarações enquanto não terminar o prazo da audiência prévia (a 27 de junho) para os visados se pronunciarem sobre a exoneração.

Pelo que o Expresso apurou junto de fontes da área da conservação da natureza, a decisão de afastar a direção do ICNF partiu do secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Amândio Torres, e que em causa estarão linhas orientadoras e questões de confiança política. O engenheiro silvicultor também concorrera para a direção do ICNF em 2014, sendo derrotado pela atual presidente.

150 mil hectares perdidos

Fonte próxima do processo lembrou que o Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, sublinhou em diversas ocasiões públicas “a necessidade de recuperar nos próximos 10 anos os 150 mil hectares de floresta perdidos na última década e meia” e que “Portugal foi o único país da UE a perder área florestal neste período”.

Para inverter este processo, a intenção é, segundo várias fontes contactadas pelo Expresso, colocar na presidência do ICNF alguém da área das florestas que ponha também em prática “um travão à expansão do eucalipto, liberalizada pelo anterior Governo PSD/CDS”.